

Dois meses depois... um 'campus' organizado

Dois meses depois da inauguração do novo Campus de Justiça - concentração dos tribunais criminais no Parque Expo, em Lisboa - juizes, procuradores do Ministério Público e funcionários judiciais parecem estar "mais bem orientados" com o novo espaço judicial. Apesar de os tribunais só terem reaberto as portas a semana passada, depois de um mês de férias judiciais, a verdade é que salta à vista que a logística dos novos tribunais está mais organizada do que em Julho, quando foi inaugurado. Porém, os problemas apontados nessa altura persistem. Exemplo paradigmático é o corredor de passagem dos presos ser comum ao da sala dos juizes no edifício das varas criminais. Assim como a falta de lugares nas salas de audiência ou a entrada dos arguidos para o banco ter de ser feita passando perto da audiência. "Continuam apenas a existir 12 lugares para as audiências de julgamento", queixa-se ao DN um dos juizes das varas criminais, que até agora exercia a sua função no mítico Palácio da Boa Hora, no Chiado. O monitor das videoconferências ter sido colocado de forma a que os juizes não o consigam ver foi outra das críticas referidas na altura por quem lá trabalha. Mas, neste caso, o secretário de Estado adjunto da Justiça, José Conde Rodrigues, garantiu ao DN que essa questão seria rapidamente resolvida, no dia da inauguração oficial do espaço, a 21 de Julho deste ano.

O "choque tecnológico" também salta à vista de qualquer transeunte. Um ecrã logo à entrada das varas e juizes criminais informa agora os utentes das sessões de julgamento marcadas para esse dia com o número do processo, a hora e o andar onde se irá realizar a diligência. "Mas continua a existir um problema: aqui nas varas, as secções, o Ministério Público e os juizes estão todos em pisos diferentes", explica o magistrado com quem o DN conversou. "Mas só agora é que vai ser a sério", explica o magistrado referindo-se à abertura do ano judicial.

Para já, a arrumação da casa nota-se que já foi feita. Placards, detectores de metais ou o acesso ao elevador funciona com a normalidade desejada num projecto destes de "modernização das infra-estruturas da Justiça", como lhe apelidou o Governo no início desta legislatura.

Facto novo é também o gabinete do magistrado judicial Carlos Alexandre, presidente do Tribunal Central de Instrução Criminal já não estar à vista de todos. Quando este espaço foi inaugurado, qualquer transeunte poderia ser um fiel observador do trabalho do juiz que tem a seu cargo processos como Operação Furacão, o caso BPN e o caso Freeport.